

BALANÇO MENSAL

Retomada do crescimento será prematura

Octávio Costa

O governo Collor, em seu primeiro ano de vida, conseguiu evitar a inflação, mas ainda está longe de estabilizar a economia em níveis baixos de inflação. Sem a desejada estabilização, é prematuro apontar para a sociedade a retomada do crescimento econômico. Não seria realista, portanto, a proposta contida no documento Brasil — um projeto de reconstrução nacional, anunciado pelo presidente Fernando Collor, que sugere ao longo de suas 73 páginas que já é possível buscar a reativação da economia. Essa opinião foi dominante durante os debates do Balanço Mensal do JORNAL DO BRASIL, que reuniu os economistas Dionísio Carneiro e Rogério Werneck, da PUC-Rio, Plínio de Arruda Sampaio Jr., da Unicamp, o cientista político Sérgio Abranches, da Sócio-Dinâmica Aplicada, e o deputado federal César Maia (PDT-RJ).

Os economistas da PUC-Rio são os mais céticos. Rogério Werneck afirma, por exemplo, que “é perigoso iludir a opinião pública com a idéia de que estamos prestes a retomar o crescimento econômico”. Para ele, a economia brasileira é hoje um organismo doente e vai ter que passar por um programa de estabilização sério, o que não ocorreu no ano passado. “Falta à economia uma estabilidade mínima que permita retomar um crescimento sustentado e o maior perigo deste Projeto é o governo perder de vista esta questão.” Werneck acusa o governo de tentar desviar a atenção para o problema do crescimento, não reconhecendo que a estabilização ainda está por ser feita.

Dionísio Carneiro também teme que, diante do fracasso da estabilização, o governo utilize a promessa do crescimento como uma maneira de aglutinar apoio político. “É mais fácil repartir o sacrifício com to-

do mundo crescendo um pouquinho.” Ele adverte, porém, que sem uma taxa de inflação compatível com o crescimento, o governo passa a admitir crescimento mesmo com inflação alta, o que lembra a política do governo Sarney. “Se o governo tentar a acomodação, a situação vai explodir”, prevê Dionísio, lamentando desde já esta hipótese.

Além das dificuldades na economia, o cenário político também não seria o ideal para a implementação do Projeto. Segundo Sérgio Abranches, “ou se faz uma política de rendas ou o país explode socialmente, porém não existe um espaço no sistema político-institucional brasileiro onde essas questões distributivas possam ser discutidas com representatividade”. Ele afirma que o Congresso não é o foro adequado, pois não é canal de expressão dos despossuídos. “É necessário criar foros especiais para negociar interesses não representados pela via eleitoral”. Plínio de Arruda Sampaio Jr. raciocina na mesma linha: “O Projeto é um bando de papel, que saiu da cabeça de tecnocratas que escreveram generalidades sobre a História do país.” Para Plínio, “enquanto não houver o mínimo de articulação política, as coisas não vão andar”.

O deputado César Maia, porém, continua otimista: “Esse é o programa do governo legitimamente construído e, portanto, vai ser implementado.” Ele anuncia que está sendo articulada a criação de um núcleo social-democrata no Congresso, com políticos de vários partidos, para dar sustentação ao Projeto com os ajustes que forem necessários. E discorda dos que defendem uma discussão ampla com a sociedade. “Não é possível pensar que vamos desenhar um programa a partir da negociação com a sociedade. Isso não existe num regime democrático.”